

Revista

FEBASE

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III
N.º 27
1,50 €
Novembro de 2012

Diretor: Delmiro Carreira

DECRETAMOS

dia **14** de novembro

GREVE!

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 68.000 exemplares
(sendo 3.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Atualidade
PRÉ-AVISO DE GREVE 14 **NOVEMBRO** 4

Febase convoca greve para 14 de novembro 6

dossiê
UGT tem propostas para aliviar austeridade 7

Exigências sindicais 8

Estado social em xeque 8

Os bancários no Orçamento 9

O que foi dito: Os "senadores"... e os atuais protagonistas 10

CONTRATAÇÃO | Banca
Febase sensibiliza banca para manutenção do emprego no setor 12

BCP avança com rescisões de contrato 12

Treze processos em tribunal contra cortes de subsídios e salários 13

CONTRATAÇÃO | Seguros
Mudanças relevantes nos despedimentos 15

TEMPOS LIVRES | Nacional
Pesca: João Miguel Silva ganha em Porto Covo 16

Snooker: Pedro Correia vence final de Cantanhede 16

Xadrez: António Manuel Fernandes soma e segue 17

Golfe: José Rocha Mendes veio dos Açores para ser duplo campeão 18

Bowling: Rui Duque volta aos títulos 18

Karting: Domingos Coragem foi mais veloz na Batalha 19

King: António Araújo ganha em Coimbra 19

Squash: José Carlos Faria repete título nacional 19



20

| Bancários Centro



23

| STAS Actividade Seguradora



26

| Bancários Sul e Ilhas



29

| Bancários Norte



Texto: **PEREIRA GOMES**

Um elefante na cristaleira

O Orçamento do Estado para 2013 constitui, como não poderia deixar de ser, um documento que a ninguém agrada, mercê da difícil situação conjuntural que o País atravessa.

Por via desse facto, o debate, em sede de Assembleia da República, nem sempre se tem pautado pelos termos mais dignificantes para o areópago que representa a totalidade do povo português, o que, convenhamos, não é muito edificante.

De tudo se pode discordar. Mas há limites para a oralidade transmissora dessa discordância, sem a qual os discordantes acabam por perder as eventuais razões que lhes possam assistir *ab initio*, para se perderem num discurso pautado por uma enorme falta de razoabilidade palavrosa, da qual acabam por não saberem como sair airoosamente.

Há, pois, que fazer um apelo a todas as forças políticas – estejam elas no poder ou na oposição – e sociais económicas do País, para que, neste momento de tão acentuadas dificuldades, com impostos que varrem horizontalmente o conjunto da sociedade e que irão agravar inexoravelmente a vida das empresas e dos cidadãos – em particular dos trabalhadores, no ativo e no desemprego, e dos reformados – consigam encontrar alguns denominadores comuns que atenuem essas dificuldades.

Trata-se, afinal, de um apelo ao bom senso, à serenidade, ao sentido de Estado, ao pragmatismo, ao acreditar que o futuro é possível.

Claro que, no imediato, parece sempre mais fácil a adoção de políticas que façam tábua rasa de compromissos assumidos, sem perceber que as consequências seriam não um futuro bem pior, mas um não futuro.

É sempre possível deixar um ternurento elefante passear-se na cristaleira, no convencimento de que a seguir se colam os cacos. Só que, depois, verifica-se que os cacos foram reduzidos a pó e que a ternura que o elefante nos inspirava afinal se transforma em desesperada impotência.

Assim vai a nossa economia. Tão frágil como um cristal. Não necessitamos de "elefantes", por mais inócuos e bem intencionados que possam parecer, para virem reduzi-la a pó.

Nem, neste momento, interessa andar a atirar pedras uns aos outros. Porque, a continuarmos por este caminho, todos ficarão de cabeça perdida, e muitos de cabeça partida. E é isso tudo de que Portugal não precisa. Porque todos não somos demais para reconduzir o País ao patamar do crescimento e desenvolvimento económico que historicamente justifica e merece no contexto europeu. ■



PRÉ-AVISO DE GREVE 14 NOVEMBRO

Nos termos e para os efeitos do disposto do Art. 534.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro, vêm as Associações Sindicais signatárias trazer ao conhecimento de todas as entidades interessadas, que no exercício do dever indeclinável que lhes assiste na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam declarar a Greve para o dia 14 de novembro de 2012 para o período compreendido entre as 00,00 horas e as 24,00 horas com os seguintes fundamentos: Considerando que o Orçamento do Estado para 2013 apresentado pelo Governo na Assembleia da República pretende impor aos Portugueses uma ultra-austeridade totalmente inaceitável, o que irá contribuir, ainda mais, para o aumento do desemprego, nomeadamente no setor bancário; Considerando que tal austeridade exige sacrifícios brutais, agrava a crise económica, provoca um acentuado aumento do desemprego e da pobreza e exclusão e aumenta gravemente a injustiça fiscal e social; Considerando que o Governo exigiu grandes sacrifícios em 2012, em especial aos trabalhadores da Administração

Pública e do setor empresarial do Estado e, apesar disso, não foi capaz de cumprir os objetivos do défice; Considerando que as receitas do IRS têm sido superiores às previsões, porque emergem apenas do acréscimo de sacrifícios sobre os trabalhadores; Considerando que este brutal acréscimo aumenta as desigualdades e penaliza sobretudo os trabalhadores e pensionistas; Considerando que, para atingir os novos objetivos do défice em 2013 (4.5% do PIB), será necessário diminuir a despesa pública e aumentar a receita em 1.5% do PIB o que pretende fazer apenas com o recurso ao sacrifício dos trabalhadores e dos reformados; Considerando que, em 2013, o Governo de forma inaceitável e em violação clara das regras inerentes ao Estado de Direito não pretende cumprir a decisão do Tribunal Constitucional e retomar o pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados e pensionistas e aos trabalhadores do setor público; Considerando que o Governo mantém um regime de inexplicável exceção nas condições contratuais aplicáveis aos trabalhadores sócios dos

Sindicatos signatários e que prestam trabalho em Instituições do Setor Empresarial do Estado ou que se integram no Regime de Contrato em Funções Públicas (BdP, Grupo CGD, IFAP, DRAPS, BPN Crédito, PARVALOREM, Fidelidade, ISP e Real Vida Seguros) e propõe para os anos vindouros um agravamento deste regime de exceção; Considerando que o Governo propõe, para os reformados, pensionistas e para a generalidade dos trabalhadores, um conjunto de medidas profundamente penalizadoras, que evidenciam uma sanha persecutória incompreensível e inaceitável; Considerando que estas medidas ora propostas reduzem drasticamente os rendimentos disponíveis, atirando milhares de famílias para situações dramáticas e insustentáveis; Os sindicatos da FEBASE - Federação do Setor Financeiro (Sindicato dos Bancários do Centro, Sindicato dos Bancários do Norte, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora e Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal) todos filiados na UGT, recusam as medidas de ultra-austeridade constantes do Orçamento de Estado para 2013 e exigem:

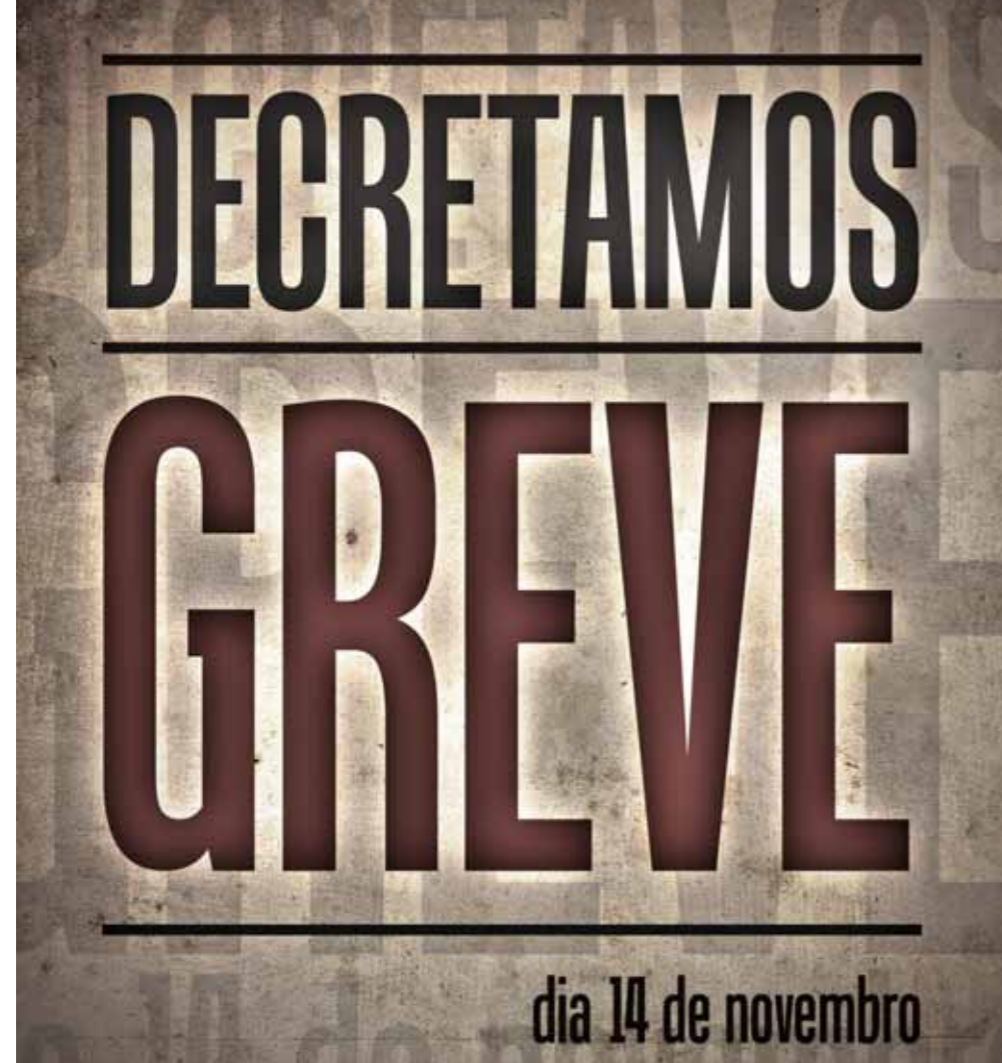
- o respeito pelos trabalhadores e pela sua dignidade;
- o fim do regime de exceção e de incumprimento das condições contratuais aplicáveis aos trabalhadores que prestam trabalho em Instituições Financeiras do Setor Empresarial do Estado ou que se integram no Regime de Contrato em Funções Públicas (BdP, CGD, IFAP, DRAPS, BPN Crédito, PARVALOREM, Fidelidade, ISP e Real Vida Seguros);
- o aumento salarial e a atualização das pensões;
- uma maior justiça fiscal, com redução significativa do aumento do IRS e maior aumento da carga fiscal sobre as empresas e os detentores do capital e dos meios de riqueza;
- o reforço do combate à fraude e à fuga fiscal, em particular na área do IVA e o combate às ilegalidades nas importações;
- a anulação do prazo das prescrições das dívidas fiscais, nos prazos seguintes à decisão dos tribunais fiscais de 1.ª Instância;
- uma taxa sobre as operações financeiras especulativas que gere efetivas receitas;
- a revisão das medidas que vão ao arrepio da equidade exigida na decisão do Tribunal Constitucional;
- a revisão das medidas que impedem o Crescimento e o Emprego;
- o pagamento mensal do 13.º e 14.º mês para todos os trabalhadores em 2013;
- a fiscalização prévia da Constitucionalidade do OE 2013;
- a defesa da negociação coletiva;
- o reconhecimento da independência do Banco de Portugal face à legislação europeia;
- a defesa de um Contrato Social para a Europa, nos termos da proposta da Confederação Europeia de Sindicatos, visando em especial garantir negociações coletivas livres e o diálogo social, a nível nacional e europeu; uma governação económica e social com uma fiscalidade redistributiva e progressiva sobre os rendimentos e as fortunas;
- a recusa da alienação do património nacional, por via da privatização, parcial ou total, da Caixa Geral de Depósitos.

Pelas razões e objetivos expostos, os Sindicatos da FEBASE - Federação do Setor Financeiro (Sindicato dos Bancários do Centro, Sindicato dos Bancários do Norte, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora e Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal), indo ao encontro das decisões da UGT - União Geral de Trabalhadores, da CES - Confederação Europeia de Sindicatos e da UNIGlobalUnion, que decidiram promover uma Jornada Europeia de Ação e de Solidariedade para um Contrato Social na Europa e contra o

desmantelamento do Modelo Social europeu, vêm convocar uma greve para o dia 14 de novembro de 2012, pelos motivos que afetam gravemente os trabalhadores portugueses, em particular os que desenvolvem o seu trabalho no setor financeiro, apelando a todos os trabalhadores do setor, sindicalizados e não sindicalizados, para que se unam pela mudança de políticas, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pelo aumento dos salários e das pensões, por um Portugal de progresso económico e social, e de justiça e solidariedade.

Para os efeitos do disposto no n.º 3 do Art.º 534.º da Lei 7/2009 de 12/02 as Organizações Sindicais subscritoras do presente pré-aviso de Greve e, os trabalhadores seus associados, assegurarão a prestação durante a greve dos serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações em todas as vertentes em que, por força da greve, tais necessidades se verifiquem.

NOVEMBRO 2012
O Secretariado Nacional da FEBASE



Febase convoca greve para 14 de novembro

Face à difícil situação que os trabalhadores estão a viver e à austeridade acrescida que o Orçamento do Estado para 2013 pretende impor aos portugueses, contribuindo para o aumento do desemprego, nomeadamente no setor bancário, os sindicatos da Febase convocam uma greve para o dia 14 de novembro

Os Sindicatos da Febase justificam a convocação da greve com a recusa de uma "ultra-austeridade" que "exige sacrifícios brutais, agrava a crise económica, provoca um acentuado aumento do desemprego e amplia gravemente a injustiça fiscal e social".

As medidas propostas no Orçamento "reduzem drasticamente os rendimentos disponíveis, atirando milhares de famílias para situações dramáticas e insustentáveis", frisa a Febase no pré-aviso de greve.

A Federação lembra que os trabalhadores do setor financeiro estão a ser particularmente atingidos pela crise: "Nunca o setor viveu um momento de redução de postos de trabalho como aquele a que agora se assiste, e quando as perspetivas de encontrar um novo emprego são tão reduzidas".

Por outro lado, para os trabalhadores de Instituições do Setor Empresarial do Estado ou que se integram no Regime de Contrato em Funções Públicas – casos do BdP, Grupo CGD, IFAP, DRAPS, BPN Crédito, PARVALOREM, Fidelidade, ISP e Real Vida Seguros –, o Governo mantém "um regime de inexplicável exceção nas condições contratuais aplicáveis e propõe para os anos vindouros um agravamento deste regime de exceção".

E, insurge-se a Febase, "de forma inaceitável, o Governo não pretende cumprir em 2013 a decisão do Tribunal Constitucional e retomar o pagamento dos 13.º e 14.º meses aos reformados e pensionistas e aos trabalhadores do setor público e das empresas do Estado".

A Federação alerta ainda para o facto de o Orçamento do Estado vir "pôr em

causa a independência do Banco de Portugal, abrindo a possibilidade de cortes salariais aos seus trabalhadores".

Defesa do emprego

Face a tudo isto, a Febase apelou à participação de todos os trabalhadores na greve de dia 14, "contra a ultra-austeridade e em defesa dos postos de trabalho".

Entre as suas principais preocupações, a Federação do Setor Financeiro aponta a manutenção dos postos de trabalho no setor financeiro e a defesa da negociação coletiva.

E exige maior justiça fiscal, "com redução significativa do aumento do IRS e maior aumento da carga fiscal sobre as empresas e os detentores do capital e dos meios de riqueza", bem como o pagamento mensal dos 13.º e 14.º meses para todos os trabalhadores em 2013.

O reconhecimento da independência do Banco de Portugal face à legislação europeia e a não alienação do património nacional, por via da privatização, parcial ou total, da Caixa Geral de Depósitos são outras das suas reivindicações. ■

dossiê

Orçamento do Estado



Sobre OE em que ninguém acredita

UGT tem propostas para aliviar austeridade

Textos: **INÊS F. NETO**

Entre o "enorme" aumento de impostos constante do Orçamento do Estado para 2013 e a "refundação" do Estado social de que o Governo fala – exigindo um corte de quatro mil milhões de euros –, os portugueses já não sabem como fazer contas à vida

Ainda os portugueses estavam a tentar perceber quanto lhes vai custar ao final do mês o "enorme" aumento de impostos previsto no Orçamento do Estado para 2013, já o Governo anunciava o propósito de até 2014 "refundar" o Estado social, "aliviando" a despesa pública em quatro mil milhões de euros... na saúde, educação, prestações sociais.

E foi assim, com muitos discursos dominados pela semântica da "refundação" – do "memorando", da "despesa estrutural", do "Estado social", das "funções sociais do Estado"... – que no último dia de outubro o Orçamento do Estado para o próximo ano (OE 2013) foi aprovado na generalidade na Assembleia da República, com os votos favoráveis dos partidos da maioria (PSD e CDS) e os votos contra de toda a oposição (PS, PCP, BE, Os Verdes e do deputado madeirense do CDS Rui Barreto).

Esperava-se um debate sobre o Orçamento do Estado. Que Governo e partidos políticos explicassem o que podem os portugueses esperar para o País e para as suas vidas; que se percebesse exatamente qual o objetivo de mais sacrifícios; que propostas alternativas tem a oposição... enfim, esperava-se clarificação quanto às medidas avulsas que nas semanas anteriores foram povoando o espaço mediático.

Pagar, pagar

Primeiro, várias vozes do Governo adiantaram estar em estudo uma alteração aos escalões do IRS. Depois, em conferência de imprensa a 15 de outubro – o mesmo dia em que o Orçamento foi entregue à presidente do Parlamento –, Vítor Gaspar confirmou o aviso anterior: 2013 trará um "enorme aumento de impostos". Desde então, diariamente chegam notícias sobre a sua concretização: a redução dos escalões do IRS de oito para cinco, com taxas que variam entre os 14,5% e os 48%, o que provocará um aumento do valor a pagar ao Estado. A isso acresce uma sobretaxa mensal de 4% e uma taxa solidária de 2,5% aplicada ao último escalão. E as deduções à coleta serão ainda mais reduzidas, incluindo a dos juros do crédito à habitação.

Por sua vez, as pensões acima de 1.350 euros sofrerão um corte, que varia entre 3,5% e 10%, à semelhança do que acontece aos salários dos funcionários públi-

cos superiores a 1.500 euros. A devolução dos dois subsídios decretada pelo Tribunal Constitucional não acontecerá na sua totalidade.

Ficou ainda a saber-se que o subsídio de desemprego será sujeito a um desconto de 6% e o de doença, quando superior a 30 dias, leva um corte de 5%.

O IMI também sobe, embora depois de muitos avanços e recuos o Governo tenha decidido aplicar uma cláusula de salvaguarda para travar o aumento brusco do imposto.

De tudo isto era expectável ouvir falar no debate sobre o Orçamento mas, respondendo ao repto do Governo, os deputados discutiram a reforma do Estado social – um novo "cavalo de batalha" do Executivo, que no entanto ainda não explicou o que realmente pretende.

O Orçamento que governará os destinos do País, os portugueses só o conhecerão a 27 de novembro, quando ocorrer a votação final global. Então se saberá se foi aceite alguma das propostas dos partidos para minorar o pesadelo fiscal que se avizinha.

Contra tanta austeridade

O Governo parece ser o único a acreditar na exequibilidade do Orçamento do Estado. Muitas têm sido as vozes críticas sobre o documento, pondo em causa as suas metas e alertando para as suas consequências económicas e sociais. Teme-se o aprofundar da recessão. ►

Exigências sindicais

A UGT tem-se desdobrado em contactos políticos, pedindo audiências aos grupos parlamentares e ao Presidente da República para expor as suas posições e exigir medidas diferentes das constantes no OE 2013.

Eis as principais posições da central sindical:

- recusa das medidas de "ultra-austeridade" constantes do Orçamento do Estado;
- maior justiça fiscal, com redução significativa do aumento do IRS e maior aumento da carga fiscal sobre as empresas e os detentores do capital e dos meios de riqueza;
- reforço do combate à fraude e à fuga fiscal, em particular na área do IVA e o combate às ilegalidades nas importações;
- anulação do prazo das prescrições das dívidas fiscais, nos prazos seguintes à decisão dos tribunais fiscais de 1.ª Instância;
- taxa sobre as operações financeiras especulativas que gere efetivas receitas;
- anulação dos cortes nas despesas que afetem as famílias de mais baixos rendimentos;
- revisão das medidas para a administração pública, quer as de caráter persecutivo, quer as que penalizem a melhoria de funcionamento e as que vão ao arripio da equidade exigida na decisão do Tribunal Constitucional;
- revisão das medidas de Crescimento e Emprego;
- pagamento mensal do 13.º e 14.º mês para todos os trabalhadores em 2013;
- fiscalização prévia da Constitucionalidade do OE 2013.

► De "napalm fiscal" a "demolidor" ou "assalto fiscal", muitos foram os adjetivos qualificativos do OE. Entre os seus detratores está a UGT, que considera "totalmente inaceitável" a dose de "ultra-austeridade" que ele contém: "Exige sacrifícios brutais, agrava a crise económica, provoca um acentuado aumento do desemprego e da pobreza e exclusão e aumenta gravemente a injustiça fiscal e social", diz a central na Resolução do Secretariado Nacional aprovada a 24 de outubro.

Lembrando os sacrifícios já exigidos aos portugueses este ano e o falhanço dos objetivos do défice, a central sindical adian-

ta que para em 2013 o Governo atingir os novos objetivos do défice (4.5% do PIB) "será necessário diminuir a despesa pública e aumentar a receita em 1.5% do PIB (descida de 6 para 4.5%)".

"Em vez dos 2.2% do PIB necessários para os objetivos referidos, o ministro das Finanças anunciou em 4 de outubro uma diminuição de despesas/aumento de receitas de 4.2% do PIB (7.0 mil milhões de euros). Em 15 de outubro corrige, sem reconhecer o seu erro, um objetivo de 3.2% do PIB (5.3 mil milhões de euros). Ou seja, o Governo ainda continua a exigir aos portugueses mais de 1.7 mil milhões

de euros do que os necessários para atingir os objetivos", especifica a UGT, para questionar:

"O que justifica esta ultra-austeridade? O reconhecimento da incompetência do Governo em cumprir as suas metas de despesas/receitas? O objetivo de atuar basicamente através do aumento do IRS e não através da penalização das empresas e dos detentores de riqueza?".

A UGT não acredita nas metas do Governo para o próximo ano (menos 1% do PIB e aumento do desemprego para 16.4%), considerando-as "profundamente irrealistas".

"O agravamento da crise reduzirá as receitas do IVA e do IRC e aumentará em muito o número de desempregados e, consequentemente, os custos com o subsídio de desemprego, correndo-se assim sérios riscos de entrarmos num ciclo vicioso de mais recessão - maiores sacrifícios", prevê.

Sacrifícios para os mesmos

Entre as muitas críticas ao documento do Executivo, a central sindical insurge-se especialmente com a diminuição do valor dos subsídios de desemprego e doença (os beneficiários serão obrigados a pagar TSU), os cortes e congelamentos nas pensões e nos salários dos funcionários públicos, a redução nas reformas superiores a 1.350 euros, a redução do valor futuro das pensões e a não devolução dos subsídios de férias e Natal, como decidiu o Tribunal Constitucional.

O aumento "brutal" do IRS, que vai "afetar gravemente a vida de todos os trabalhadores e pensionistas, com um aumento insustentável de injustiça fiscal", e a redução do número de escalões, "um artifício para aumentar a carga fiscal e diminuir a progressividade dos impostos", são outras críticas.

"É completamente inaceitável que o IRS aumente em média mais de 30% e o IRC tenha um aumento de menos de 4%, quase duplicando o valor dos impostos no 1.º escalão, que abrange os mais baixos rendimentos", frisa a UGT.

Para a central sindical, "a austeridade, e sobretudo esta ultra-austeridade, vai contribuir para o agravamento da crise económica e o aumento do desemprego".

E a redução de despesas, diz, "vai provocar cortes inaceitáveis em áreas fundamentais, nomeadamente educação, saúde e prestações sociais, penalizando sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos e a classe média". Os mesmos de sempre a pagar a crise? ■

Os bancários no Orçamento

As medidas penalizadoras do OE 2013 – nomeadamente as que se referem à progressividade do IRS, à redução remuneratória, aos subsídios e a contribuição extraordinária – têm aplicação aos trabalhadores do setor financeiro, nomeadamente aos que exercem funções em institutos públicos e em empresas públicas de capital exclusivo ou maioritariamente público, aos reformados e pensionistas, salvo os abrangidos pelo Art.º 80.º da proposta de OE, e aos trabalhadores do Banco de Portugal, como se refere no n.º 8 do Art.º 26.º.

Num parecer enviado à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a Febase refere que, de facto, os reformados e pensionistas serão onerados com a aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, com a não atualização do valor nominal das pensões, com exceção das mínimas e com a reposição de apenas parte dos dois subsídios (totalidade do de Natal) e o pagamento, apenas, de uma parcela do de férias para os que tiverem uma pensão mensal entre os 600 € e os 1100 €.

Contudo, excecionam-se expressamente da sua aplicação "os reformados e pensionistas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio." Ou seja, os reformados e pensionistas integrados no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente para o sector bancário, que se encontravam nessas condições à data de 31 de dezembro de 2011, como se previu no 3.º acordo tripartido.

Banco de Portugal

Por seu turno, o estatuto do Banco de Portugal, enquanto Banco Central, encontra-se definido, no que respeita às suas atribuições e certas regras fundamentais de atuação, no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Sistema Europeu de Bancos Centrais) e no seu Protocolo Anexo (que definiu os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu) que consagram os princípios que devem reger as relações dos bancos centrais com as respetivas autoridades nacionais, nomeadamente o princípio da independência e o da proibição de financiamento ao Estado e ao setor público (cfr. Art.º 129.º do Tratado).



Em consequência dessa autonomia e destes normativos o Banco Central Europeu deve ser consultado pelas autoridades nacionais sobre qualquer disposição legal relativa aos bancos centrais tendo sido doutrina e jurisprudência aceites que a independência dos bancos centrais abrange matérias respeitantes à Gestão dos Recursos Humanos. Não se possui informação no sentido de tal consulta – para a LOE de 2013 – se ter verificado.

Aliás, de acordo com o parecer emitido pelo BCE em novembro de 2010 a pedido da Assembleia da República (CON/2000/80) e a propósito do LOE para 2011, o "Estado deve abster-se de impor restrições de natureza salarial ou outra, que

retirem ao Banco Central o seu poder de organização interna ou que afetem a sua capacidade de recrutamento ou de retenção de pessoas".

A mera referência, do n.º 8 em causa, às garantias de independência estabelecidas nos tratados que regem a UE, não é suficiente para as salvaguardar, na medida em que se verifica o financiamento do Estado com verbas do Banco Central que é precisamente o que os tratados da EU proíbem.

Fundos de pensões

Quanto ao Art.º 80.º, cabe dizer que não se alcança o que se pretende com esta alteração.

Na verdade sugerem-se duas interpretações antagónicas, mas possíveis: primeira, no sentido literal, que parece indicar que os fundos de pensões serão reforçados com os valores das deduções/retenções, ou seja, o valor da Contribuição Extraordinária; uma outra no sentido em que a norma se refere a questões contabilísticas no âmbito das relações entre os Bancos e a Segurança Social e o Estado. ■

De olhos postos na Europa

Como outras instituições da sociedade portuguesa, também a UGT defende uma solução europeia para a crise dos países periféricos, considerada fundamental para evitar uma espiral de recessão.

"O nosso País apenas poderá ultrapassar as suas dificuldades perante uma mudança profunda nas políticas europeias, visando um crescimento económico sustentável e a coesão social, no respeito pelos valores consagrados na Carta dos Direitos Sociais Fundamentais", considera a central sindical na Resolução do Secretariado Nacional de 24 de outubro.

Para a UGT, Portugal deve intervir "a uma só voz a nível europeu", e critica a ausência de uma linha de exigência de políticas europeias de combate à especulação contra o euro, redução dos juros e acesso ao crédito pelos países do Sul da Europa e apoio à redução dos desequilíbrios estruturais.

Nesse âmbito, a central defende:

- uma atuação reforçada do BCE no apoio direto aos países em dificuldades, baixando as taxas de juro e assegurando um nível adequado de financiamento das economias;
- a união bancária, permitindo a securização dos depósitos e uma corresponsabilização europeia no financiamento bancário;
- a introdução de "eurobonds";
- a melhoria da coordenação das políticas orçamentais e monetárias, mas também económicas e sociais;
- a harmonização fiscal, nomeadamente na área das empresas e dos capitais, incluindo o avanço da taxa sobre as operações financeiras especulativas;
- a existência de padrões sociais mínimos na Europa;
- a promoção de políticas de crescimento e emprego visando a diminuição do desemprego, o emprego digno e a sustentação do sector produtivo;
- a inclusão do Protocolo de Progresso Social numa futura revisão dos Trabalhos.

O que foi dito

Os "senadores"...

Personalidades de todos os quadrantes políticos têm tomado posições públicas sobre o Orçamento do Estado, a situação económica e social do País e a novíssima "refundação" do Estado social. Na sua maioria são críticas. Eis algumas:



Bagão Félix, ex-ministro das Finanças (CDS):

"A ideia que se dá ao País é que não vale a pena investir no futuro, no trabalho, na dedicação, no profissionalismo, no êxito, no sucesso. Não, não vale a pena. Porque, a partir de uma determinada altura, é um napalm fiscal, arrasa tudo. É devastador";

"O que nós estamos em presença é de um terramoto fiscal. A única dúvida é, na escala de Richter, se é 7, que é destruidor; se é 8, que é devastador".



Manuela Ferreira Leite, ex-ministra das Finanças (PSD):

"Concordo que é preciso emagrecer, mas aquilo que recomendo é que as pessoas não aceitassem morrer antes de emagrecer. Morrer gordo é do pior que há, especialmente depois de se fazer uma dieta tremenda";

"Posso não ser capaz de dizer como se cresce, mas sou capaz de dizer o que não deve ser feito para não decrescer tanto. Qualquer decisão que seja tomada no sentido da destruição da classe média deve ser totalmente evitada";

"Não creio que haja possibilidade de haver alguém que considere que esta situação possa melhorar através do aumento de impostos (...). O que se espera é aumento da recessão e do desemprego";

"Se continuamos a insistir nesta receita, que não está a dar resultados, quando chegarmos ao fim o País está destruído".



Jorge Sampaio, ex-Presidente da República:

"(...) Há um caminho que pode deslizar para um certo desespero. E de repente a austeridade como necessidade caiu. Ora ela é necessária. (...) Já toda a gente percebeu que isto não dá tempo possível, que a austeridade rebenta com o País, rebenta com os portugueses, rebenta com a sua esperança, rebenta com os direitos, e pode rebentar com a própria democracia. É isso que temos que evitar, porque temos que reconduzir constantemente os movimentos às instituições. É esse o trabalho de interação que tem de se verificar";

"Devíamos estar todos no Eliseu, em Berlim, na Finlândia e naturalmente em Espanha, em Roma e até em Atenas. Quando há sinais dos credores que fazem exame de consciência e dizem 'isto não pode ser' temos de os saber ouvir e fazer força".



Miguel Belez, ex-ministro das Finanças (PSD):

"Nós não podemos gastar mais do que temos. Vamos passar uns anos muito difíceis. Vai ser muito difícil cumprir objetivos de receita, é preciso recuperar a capacidade de pedir emprestado".



Campos e Cunha, ex-ministro das Finanças (PS):

"Não pagar uma pensão é igual a não pagar a dívida pública. A clas-

se média é o cimento da estabilidade social e, nesse sentido, tenho grandes preocupações sobre a estabilidade social";

"É muito complicado um Orçamento que tem um ataque tão forte à classe média".



Manuela Arcanjo, ex-ministra da Saúde (PS):

"Do ponto de vista social, é um OE demolidor, que vai degradar ainda mais as condições de vida".



Marques Mendes, ex-líder do PSD e conselheiro de Estado:

"Estamos perante um assalto fiscal. Não se pode chamar agravamento fiscal, nem sequer aumento fiscal enorme, como argumentou o ministro das Finanças. Trata-se de uma espécie de assalto à mão armada feito ao contribuinte";

"[Estas medidas] servem para matar a classe média".



Mira Amaral, ex-ministro da Indústria (PSD) e presidente do Banco BIC:

"Está a haver um completo assalto fiscal à classe média (...). É chocante que um indivíduo que gane 80 mil euros esteja no escalão máximo de IRS, levando para casa dois mil euros líquidos (...). É a classe média que vai pagar a crise e de forma violenta".

... e os atuais protagonistas



Cavaco Silva, Presidente da República:

"Não é correto exigir a um país sujeito a um processo de ajustamento orçamental que cumpra a todo o custo um objetivo de défice público fixado em termos nominais".



Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro:

"Trata-se, portanto, de uma espécie de refundação do nosso programa de ajustamento, não de uma renegociação, mas de uma refundação. E deve comprometer todos aqueles que assinaram o memorando ou que o negociaram";

"O novo patamar que pretendemos atingir, quer na despesa pública, quer na forma como o Estado se apresenta perante os cidadãos, não deve estar circunscrito a qualquer Governo".



Vítor Gaspar, ministro de Estado e das Finanças:

"Existe, aparentemente, um enorme desvio entre o que os portugueses acham que devem ter como funções do Estado e os impostos que estão dispostos a pagar (...). Se achamos que os impostos são excessivos, temos de reduzir, de forma estrutural, a despesa pública para que, no médio prazo, a carga fiscal seja menor".



Paulo Portas, ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:

"O País terá um Orçamento. É agora trabalho da Assembleia da República procurar, na medida do possível, melhorar aspetos desse mesmo Orçamento".



Carlos Abreu Amorim (PSD):

"[O OE aumenta sacrifícios] e não há um único deputado da maioria ou membro do Governo satisfeito".

"Há qualquer coisa de profundamente errado quando parte da oposição (...) [ensaia] um combate político que parece assentar numa pressão inqualificável sobre o Tribunal Constitucional";



Telmo Correia (CDS):

"Esta não é uma decisão que se toma sem ponderar e que se toma de ânimo leve. Ponderámos. Temos perfeita consciência do que seria sairmos daqui [AR] para uma crise política cujos contornos seriam absolutamente imprevisíveis".



António José Seguro, secretário-geral do PS:

"Este Orçamento é uma bomba atómica fiscal".



Ferro Rodrigues (PS):

"Este Orçamento é irreformável. Desenganem-se aqueles que pensam que este Orçamento é transformável na especialidade, (...) Quando se atacam os mais pobres dos pobres é toda a miséria de uma política que fica à vista".



João Proença, líder da UGT:

"Sobrecarga fiscal é uma bomba, e o ano de 2013 será bastante mais gravoso".



Bernardino Soares (PCP):

"É uma votação da maior importância, das mais importantes que o Parlamento faz e em que a responsabilidade de cada grupo parlamentar e de cada deputado individualmente é enorme. (...) Serão responsabilizados pelos portugueses pela grave opção que aqui [AR] vão tomar".



Luís Fazenda (BE):

"Recusamos o bafio, o regresso ao passado, esta ideologia conservadora que nos querem impor para fazer retroceder a igualdade entre os portugueses e a capacidade de lutar pela justiça social".



José Luís Ferreira (Os Verdes):

"[O Governo admitiu que] também não acredita no Orçamento ao vir propor a refundação do memorando".



Arménio Carlos, líder da CGTP:

"Este Orçamento do Estado é um massacre para os portugueses".

O povo



Febase sensibiliza banca para manutenção do emprego no setor

A Febase aproveitou uma reunião de revisão do ACT para sensibilizar as Instituições de Crédito (IC) para a necessidade de manutenção dos postos de trabalho

Textos: **INÉS F. NETO**

A Federação e o grupo negociador das IC mantêm as reuniões regulares, no âmbito do processo de revisão global do ACT do setor bancário. Mas, face à situação que se vive atualmente no setor – recorde-se os casos recentes do Barclays, do Banif e agora do BCP –, a Febase quis mais uma vez sensibilizar a banca para a necessidade de manter o nível de emprego.

Embora reconhecendo que a banca nacional, ao contrário da europeia, não está a recorrer a processos de despedimento coletivo mas a escolher outras vias, não tão penalizadoras para os trabalhadores, a Federação lembrou o papel social das IC e a sua responsabilidade perante aqueles que muito têm contribuído para a grandeza dos bancos.



Relativamente à revisão da convenção coletiva, nas duas últimas reuniões, realizadas a 23 de outubro e a 6 de novembro, prosseguiu-se a leitura dos dois documentos em análise: a proposta de ACT das Instituições de Crédito e a resposta da Febase, aprovada pelo Conselho Geral da Federação.

De acordo com a metodologia decidida pelas partes, está a ser feita uma análise, cláusula a cláusula, da pro-

posta das IC, uma vez que partiu das entidades empregadoras a denúncia da convenção coletiva em vigor. Em complemento, são debatidas as cláusulas correspondentes da proposta da Febase.

A Federação reafirmou estar disponível para negociar, mas não aceita o desvirtuamento da convenção.

Nova reunião está agendada para dia 20 de novembro. ■

BCP avança com rescisões de contrato



Os Sindicatos da Febase estiveram reunidos com a administração do BCP, que explicou as linhas gerais do processo de rescisões de

contrato que o banco está a levar a efeito.

Na reunião, realizada dia 6, a administração adiantou que além das pro-

postas de rescisões já entregues a vários trabalhadores, foi aberto em simultâneo um processo de candidaturas voluntárias de rescisão. Essas candidaturas serão avaliadas por uma comissão que decidirá sobre a sua aceitação.

Para além desta decisão, o banco propõe-se proceder a um conjunto de reformas antecipadas – cujo número não quantificou, alegando a baixa média etária do banco (cerca de 43 anos).

Os trabalhadores que forem alvo de proposta de rescisão recebem toda a documentação referente ao processo, bem como a proposta do banco.

Os Sindicatos aconselham os associados a não se precipitarem na tomada de decisão, devendo recorrer aos seus serviços jurídicos para obterem um esclarecimento cabal sobre a proposta do banco. ■

Em consequência dos Orçamentos de 2011 e 2012

Treze processos em tribunal contra cortes de subsídios e salários

Os Sindicatos da Febase têm em tribunal 13 processos contra os cortes nos salários, subsídios de férias e Natal e pensões dos trabalhadores e reformados do setor, resultantes das medidas dos Orçamentos do Estado de 2011 e 2012

Texto: **INÉS F. NETO**

Na defesa dos direitos dos seus associados, os Sindicatos dos Bancários da Febase – SBSI, SBC e SBN – não têm poupado esforços para que sejam repostas as verbas retiradas por força da aplicação da lei dos Orçamentos do Estado de 2011 e 2012.

Ou seja, exigem a devolução dos montantes retirados de salários, pensões e subsídios de férias e Natal dos trabalhadores no ativo da CGD, do IFAP, DRAP, BPN e IHRU e dos reformados do Banco de Portugal, ex-BNU, e Santander Totta.

As inúmeras diligências efetuadas ao longo dos últimos dois anos junto das administrações e do poder político revelaram-se infrutíferas, na medida em que o Parlamento aprovou os Orçamentos do Estado de 2011 e de 2012 contemplando as medidas que ditaram cortes salariais e suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores, reformados e pensionistas das empresas da esfera do Estado.

Assim, aos Sindicatos não restou alternativa senão o recurso aos tribunais para exigir a reposição das verbas retiradas aos trabalhadores, reformados e pensionistas.

Relativamente à proposta de Orçamento do Estado para 2013, os Sindicatos estão neste momento a analisar o documento do Governo e desde já garantem não poupar esforços na defesa dos trabalhadores que representam – se preciso for seguindo o mesmo processo desencadeado nos anos anteriores.

Eis o balanço possível relativamente aos processos entregues nos tribunais:

Processos relativos aos "cortes" resultantes da Lei do OE 2012

Banco de Portugal: SBSI/SBN/SBC contra Banco de Portugal: o processo contra os cortes nos subsídios de férias

e de Natal dos reformados tem audiência de partes agendada para dia 15 de novembro (Tribunal de Trabalho de Lisboa, processo 3532/12.4TTLSB);

Ex-BNU: SBSI contra CGD e CGA: o processo contra os cortes nos subsídios de férias e de Natal dos reformados do ex-BNU tem julgamento marcado para 7 de maio de 2013 (Tribunal de Trabalho de Lisboa, processo 2099/12.8TTLSB);

CGD: SBSI/SBN/SBC contra CGD: o processo contra os cortes salariais aos trabalhadores no ativo teve audiência preliminar em 18 de outubro, aguardando sentença (Tribunal de Trabalho de Lisboa, processo 789/12.4TTLSB);

IFAP: SBSI/SBN/SBC contra IFAP: o Instituto contestou o processo contra os cortes nos subsídios de férias e de Natal dos reformados, invocando exceções (Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo 1878/12.0BEPRT);

SBSI contra IFAP: o Instituto contestou o processo contra os cortes salariais aos trabalhadores no ativo, invocando exceções (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 951/12.0BELSB);

Ministério da Agricultura (MAMAOT): SBSI contra Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território: o Ministério contestou o processo contra os cortes salariais aos trabalhadores no ativo, invocando exceções (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 992/12.7BELSB);

Santander Totta: Na ação intentada pelo Banco Santander Totta contra todos os subscritores do ACT para interpretação da cláusula 136.ª da convenção coletiva, os Sindicatos efetuaram alegações escritas e apresentaram um parecer jurídico.

A cláusula 136.ª refere-se ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Recorde-se que o banco contes-

tou o pagamento do 14.º mês aos reformados e pensionistas integrados na Segurança Social e nunca inscritos na CAFEB (Tribunal de Trabalho de Lisboa, processo 1423/12.8TTLSB).

Processos relativos aos "cortes" resultantes da Lei do Orçamento do Estado de 2011, mantidos em 2012

IFAP: SBSI contra IFAP: o processo contra os cortes salariais aos trabalhadores no ativo aguarda sentença (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 1032/11.9BELSB);

Ministério da Agricultura (MAMAOT): SBSI contra Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território: foi efetuado um articulado superveniente relativo aos cortes salariais de 2012 aos trabalhadores do ex-IFADAP que transitaram para a DRAP Alentejo, que aguarda sentença (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processos 1029/11.0BELSB e 1028/11.4BELSB);

SBSI contra MAMAOT: foi efetuado um articulado superveniente relativo aos cortes salariais de 2012 aos trabalhadores do ex-IFADAP que transitaram para a DRAP Lisboa e Vale do Tejo, que aguarda sentença (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 1031/11.0BELSB);

SBSI contra MAMAOT: foi efetuado um articulado superveniente relativo aos cortes salariais de 2012 aos trabalhadores do ex-IFADAP que transitaram para a DRAP Centro, que aguarda sentença (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 1027/11.0BELSB);

IHRU: SBSI contra IHRU: foi efetuado um articulado superveniente relativo aos cortes salariais de 2012 aos trabalhadores do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que aguarda sentença (Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, processo 1030/11.2BELSB);

BPN: SBSI/SBN/SBC contra BPN: por decisão do juiz do Tribunal de Trabalho do Porto, o processo contra os cortes salariais aos trabalhadores do BPN foi remetido para o Tribunal Europeu, aguardando-se decisão. ■



Concurso FOTO FEBASE 2012
Fotos apuradas no mês de setembro

Tema:
HISTÓRIAS, SONHOS E IMAGINÁRIO



"Uma volta no imaginário"
Rui da Cruz



"Sonhos que eu imaginei"
José Pedro Reis Silva Araújo



"Senhoras e Senhores / Meninas e Meninos."
Emanuel Pacheco Pontes



"Lusitadas o sonho de uma Nação"
Maria Salvador



"D. Quixote"
Francisco Oliveira



"Sonhos de Adolescência"
Isabel Navarro de Castro



"Era uma vez Bonnie & Clyde"
Joana Sousa



"O meu castelo"
José Canelas



"O sonho da União dos Povos"
Nuno Pinheiro



"Ai se te apanha"
Aires Araújo Pereira



"Hé-de ir viajar"
Cristina Mestre



"Por mares nunca antes navegados"
Emanuel Pacheco Pontes

Nota: a foto apurada em agosto, para o tema "Viagens e destinos" e intitulada "Cais da Palafita" é de José Pinto e não de Nuno Pinheiro, como foi indicado

As alterações ao Código do Trabalho

Mudanças relevantes nos despedimentos

TEXTO: CARLA MIRRA*

Em resultado da publicação e entrada em vigor da Lei n.º 23/2012, de 25/06, foram implementadas diversas alterações na ordem jurídico-laboral, mais concretamente no Código do Trabalho. As alterações foram concretas e precisas, passando a integrar a ordem normativa interna, sendo matérias que já haviam sido refletidas no memorando de entendimento.

Na temática dos "despedimentos" as alterações foram muito relevantes, cabendo-nos aqui alertar, nomeadamente os nossos associados, para as consequências decorrentes das mesmas, atenta a sua recente entrada em vigor.

No que respeita ao despedimento por extinção do posto de trabalho, foi alterado o critério de escolha do trabalhador a despedir, havendo uma maior aproximação ao despedimento coletivo. Anteriormente, estava prevista uma ordem legal de precedência que tinha de ser verificada (menor antiguidade no posto, na categoria, na empresa). Agora, o(s) critério(s) passa(m) a ser definido(s) pelo empregador, tendo de ser "relevantes e não discriminatórios". Deverão ser critérios objetivos, independentes do comportamento pessoal do trabalhador, podendo, no entanto, estar ligados ao desempenho profissional. Assim sendo, muito provavelmente, poderá prevalecer, na prática, a conveniência funcional e organizacional da empresa. Só não existirá impossibilidade prática se os critérios utilizados forem arbitrários e discriminatórios, eticamente reprováveis. Uma outra novidade no despedimento por extinção do posto de trabalho prende-se com a eliminação do ónus da recolocação. Anteriormente, havia impossibilidade prática de subsistência da relação de trabalho quando não existia outro posto de trabalho "compatível com a categoria profissional do trabalhador". Agora, com a recente alteração legislativa, há impossibilidade prática quando o empregador demonstra ter observado "critérios relevantes e não discriminatórios" face aos objetivos subjacentes à extinção do posto de trabalho.

Também o regime do despedimento por inadaptação (muito pouco utilizado até hoje) sofreu alterações, tendo passado a existir duas modalidades, ao



invés de apenas uma. Para além dos casos em que tenha existido uma modificação (técnica ou organizacional) no posto de trabalho, também será possível o despedimento por esta via em casos em que não tenha existido modificação do posto de trabalho, mas se tenha registado "modificação substancial da prestação realizada pelo trabalhador", ou seja, registada uma evolução negativa do desempenho, sem culpa. Bastará que tenha havido redução da qualidade da atividade, ou avarias sucessivas, não sendo necessário demonstrar a existência de um posto de trabalho compatível. Neste ponto, e apesar das exigências procedimentais impostas ao empregador para fazer uso deste tipo de despedimento, pensamos que os trabalhadores deverão estar especialmente atentos às avaliações de desempenho a que anualmente estão sujeitos, não deixando de as valorizar em concreto.

Outra alteração substancial verificou-se no cálculo das compensações decorrentes de despedimento coletivo, extinção do posto de trabalho e despedimento por inadaptação. A base de cálculo da compensação foi reduzida em um terço, passando a ser de 20 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade, ao invés de um mês por cada ano completo de antiguidade, alteração esta que já decorre da redução operada em novembro de 2011, com a Lei n.º 53/2011. Não obstante, e como foi necessário salvaguardar os direitos dos trabalhadores cujos contratos de trabalho foram celebrados antes de 1/11/2011, para esses casos foi criada uma fórmula

mitigada: até 31 de outubro de 2012 continuou a ser aplicada a fórmula antiga, sendo aplicada a nova apenas a partir daquela data.

Apesar de no Artigo 366.º do Código do Trabalho ser referido que a violação dos números 1 a 4 do mesmo Artigo (onde são estipulados os termos e condições de cálculo das compensações) constitui uma contraordenação grave, pensa-se que não impõe que o empregador não possa pagar compensações superiores às que a lei prevê. Pensa-se, em consonância com doutrina existente nesse mesmo sentido, que os limites previstos no Artigo 366.º não são limites máximos imperativos. São impostos limites aos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, mas não estabelece um regime rígido, podendo as compensações, inclusivamente, ser negociadas.

Finalmente, gostaríamos de alertar os nossos associados que estas fórmulas de cálculo não são aplicadas positivamente aos casos de rescisão por mútuo acordo. Nesse caso, e tal como o nome indica, há liberdade para as partes acordarem as compensações que entenderem decorrentes da cessação do contrato.

Face a todas as "novidades" decorrentes da Lei n.º 23/2012, nomeadamente na temática dos despedimentos, gostaríamos de reiterar a nossa disponibilidade para apoiar e esclarecer os nossos associados. O STAS mantém-se atento e irá continuar a sua ação: em defesa dos trabalhadores. ■

*Advogada dos Serviços Jurídicos do STAS



Pesca

João Miguel Silva ganha em Porto Covo

João Miguel Silva, do Banif, é o novo campeão nacional interbancário de pesca de mar, superiorizando-se, com larga vantagem, a Eduardo Biscaia, que havia ganhado o campeonato do ano passado e que, agora, não logrou melhor que o segundo lugar na competição

Texto: Rui Santos

A final do campeonato nacional interbancário de pesca de mar teve lugar em 6 de outubro, nas águas de Porto Covo, na costa alentejana, e com excelentes condições climáticas, que acabariam por ajudar a boas capturas, embora longe das conseguidas na prova do ano passado, quando seis pescadores ultrapassaram os dez quilos de pescado, cada, uma marca este ano ultrapassada somente pelo novo campeão.

Foram 51 os participantes na final nacional, em representação de treze equipas, três delas oriundas das Regiões Autónomas – duas dos Açores e uma da Madeira. Mas a supremacia voltou a ser das equipas da área do Sul e Ilhas, que



chamaram a si cinco das seis primeiras posições, numa hegemonia só quebrada pela equipa da CGD do Centro, que obteve o quarto lugar da classificação coletiva. Foi esta a classificação dos dez primeiros na final nacional:

1.º João Miguel Silva (Banif), 48 840 pontos; 2.º Eduardo Biscaia (BES), 22 580; 3.º Alberto Costa (BES), 17 100; 4.º José Carlos Bernardino (BCP), 15 500; 5.º António Marques (BCP), 15 160; 6.º Sérgio Lucas (BCP), 13 470; 7.º Carlos Brandão Silva (BPI), 11 530; 8.º Ricardo Pernes (BES), 10 810; 9.º José Carlos Pacheco (BCP), 9380; 10.º Manuel Barqueiro (CGD), 7790 pontos.

Todos estes pescadores representaram o SBSI, exceto o décimo, que é associado do Centro. Refira-se que coube a Eduardo Biscaia a captura do maior exemplar, um robalo de dois quilos.

Tal como na edição do ano passado, a equipa 1 do Clube GBES venceu coletivamente, com 13 pontos, tendo sido esta a classificação das quatro equipas imediatas: 2.ª Clube BCP, 18; 3.ª Clube Banif, 21; 4.ª CGD, 58; 5.ª GDST, 60 pontos. ■

Snooker

Pedro Correia vence final de Cantanhede

Texto: Rui Santos

Pedro Correia, do BCP, venceu todos os sete jogos da fase final nacional da 7.ª edição do campeonato interbancário de snooker e, por isso, sagrou-se como novo campeão nacional bancário, após ter derrotado o seu último opositor, o credenciado Laurent Teixeira, por apertados 5-4.

A final nacional realizou-se em Cantanhede, em 13 e 14 de outubro, e nela participaram os doze melhores praticantes da modalidade no setor bancário: seis em representação do SBSI, quatro do Norte e dois do Centro.

Pedro Correia acabou por chegar ao título com naturalidade, pois já havia vencido o seu adversário da final durante os jogos do primeiro dia. E, antes, havia derrotado João Chumbinho, no jogo que antecedeu a final.



Esta foi a classificação final, tendo também em conta os resultados dos jogos para a ordenação dos lugares secundários:

1.º Pedro Correia (BCP/S), com sete vitórias em sete jogos; 2.º Laurent Teixeira (BNP Paribas/S), com cinco vitórias e duas derrotas; 3.º João Chumbinho (CCAM Sot-

vento Algarvio/S); 4.º João Salgadinho (CCAM Algarve/S); 5.º Pedro Matos (BBVA/S); 6.º José Lino (BST/N); 7.º Alberto Malheiro (BCP/C); 8.º Francisco Santos (BES/N); 9.º Paulo Bettencourt (Banif/S); 10.º José Caio (BES/N); 11.º Ernesto Oliveira (BCP/C); 12.º José Coelho (BCP/N). ■

Xadrez

António Manuel Fernandes soma e segue

A 27.ª edição do torneio interbancário de xadrez chegou ao fim em 28 de outubro, com a realização da final nacional, em Coimbra, e que contou com a presença dos melhores dezasseis praticantes da modalidade no setor bancário

Texto: Rui Santos

A final nacional dividiu-se por seis sessões de jogos, todos eles realizados nas instalações de uma unidade hoteleira da cidade coimbrã, entre as 9 da manhã de sábado e as 13 horas de domingo.

Nove xadrezistas do Sul e Ilhas, seis do Norte e um do Centro jogaram entre si mas, no final, ganhou "o de sempre", António Manuel Fernandes, que continua a ser um dos melhores mestres da atualidade, mesmo a nível internacional, e que já na época passada havia chamado a si o título nacional e o de campeão do Sul e Ilhas.

Saliente-se a boa prestação dos xadrezistas do Norte, que conseguiram dois dos três primeiros lugares na classificação final, que ficou assim estabelecida:

1.º António Manuel Fernandes (BPI/S), 5 pontos; 2.º Joaquim Pinho (BdP/N), 4,5; 3.º Mário Machado (BST/N) e Manuel Almeida (BES/S), 4; 5.º João Carlos Pacheco (BCP/S) e José António Silva (Montepio/S), 3,5; 7.º Bruno Jivan (BES/S), Carlos Alberto Andrade (BST/S), Osvaldo Cabral (CCAM/N) e Daniel Silva (Banif/C), 3; 11.º Alberto Monteiro e Fernando Leitão (ambos do BCP/N), 2,5; 13.º Francisco José Coelho (BCP/N) e José Pascoal (CGD/S), 2; 15.º Pracas Rebelo (BPI/S), 1,5; 16.º Jaintil Mangi (BCP/S), 1 ponto.

Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, João carvalho, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus integraram a comissão organizadora desta final nacional. ■

O campeão, à direita, estuda a melhor jogada para derrotar Joaquim Pinho



Campeões nacionais interbancários de xadrez

| Torneio | Ano | Local | Vencedor | Banco | Agência |
|---------|------|----------------------|-----------------------|------------|-----------|
| I | 1986 | Vimeiro | António Vinagre | BNU | Rio Maior |
| II | 1987 | Aveiro | José Neves | CPP | Lisboa |
| III | 1988 | Figueira da Foz | Rui Silva Pereira | CGD | Lisboa |
| IV | 1989 | Ericeira | Rui Silva Pereira | CGD | Lisboa |
| V | 1990 | S. Martinho do Porto | José Leal Costa | BFN | Lisboa |
| VI | 1991 | Espinho | José Leal Costa | BFE | Lisboa |
| VII | 1992 | Guarda | José Leal Costa | BFE | Lisboa |
| VIII | 1993 | Funchal | José Leal Costa | BFE | Lisboa |
| IX | 1994 | Oliveira de Azeméis | José Leal Costa | BFE | Lisboa |
| X | 1995 | Óbidos | João Pacheco | BCP | Faro |
| XI | 1996 | Ponta Delgada | António Fernandes | BPI | Lisboa |
| XII | 1997 | Guimarães | Rui Silva Pereira | CGD | Lisboa |
| XIII | 1998 | Leiria | Rui Silva Pereira | CGD | Lisboa |
| XIV | 1999 | Sesimbra | João Pacheco | BCP | Faro |
| XV | 2000 | Caldelas | Pedro Durão | Credivalor | Lisboa |
| XVI | 2001 | Canas de Senhorim | Manuel Almeida | BES | Lisboa |
| XVII | 2002 | Albernôa | João Pacheco | BCP | Faro |
| XVIII | 2003 | Coimbra | Manuel Almeida | BES | Lisboa |
| XIX | 2004 | Figueira da Foz | João Pacheco | BCP | Faro |
| XX | 2005 | Penacova | Manuel Almeida | BES | Lisboa |
| XXI | 2006 | Viseu | Joaquim Brandão Pinho | BP | Porto |
| XXII | 2007 | Ofir | Micael Santos | BCP | Lisboa |
| XXIII | 2008 | Vilamoura | Daniel Silva | Banif | Leiria |
| XXIV | 2009 | Curia | Daniel Silva | Banif | Leiria |
| XXV | 2010 | Porto | Manuel Almeida | BES | Lisboa |
| XXVI | 2011 | Monte Gordo | António Fernandes | BPI | Lisboa |
| XXVII | 2012 | Coimbra | António Fernandes | BPI | Lisboa |

Campeões: 5 vezes, José Leal Costa; 4, Rui Silva Pereira, João Pacheco e Manuel Almeida; 3, António Fernandes; 2, Daniel Silva; 1, António Vinagre, José Neves, Pedro Durão, Joaquim Brandão Pinho e Micael Santos

Golfe

José Rocha Mendes veio dos Açores para ser duplo campeão

José Rocha Mendes, do BES Açores, foi o grande vencedor da 9.ª edição do torneio interbancário de golfe, ao vencer a final nacional, na Curia, nas vertentes de "gross" e "net"

Texto: **Rui Santos**



A final nacional deste ano, disputada no campo de golfe da Curia, em 27 de outubro, contou com a participação de 22 dos 25 concorrentes inscritos para esta derradeira etapa da competição, sendo 19 representantes do SBSI, três do SBN e outros três do SBC. A representação do STAS, que se estreou na edição de 2011, não repetiu a presença na final, o que se lamenta.

Desde cedo que o novo campeão demonstrou querer lutar pelo título mas não foi fácil o seu triunfo, dada a oposição de forte concorrência, sobretudo de Miguel Silva e de João Castro Sá. Mas o seu triunfo tem ainda mais mérito, porque venceu nas vertentes de "gross" e de "net" que, na edição do ano passado, tinham sido ganhas por Pedro Tabor e Rui Silva, respetivamente.

Estas foram as classificações dos dez primeiros, em cada uma das vertentes:

"Gross" – 1.º José Rocha Mendes (BES Açores), 31 pontos; 2.º João Castro Sá (B. Portugal), 24; 3.º Carlos Felício (BCP), 22; 4.º Miguel Silva (BST), 19; 5.º Jorge Gomes

(CEMAH) e José Augusto Tomás (BPI), 17; 7.º Noé Fontes (BST), 15; 8.º Carlos Santos (BCP) e Fernando Costa (B. Portugal), 13; 10.º Joaquim Mata Martins (BCP), 12.

"Net" – 1.º José Rocha Mendes (BES Açores), 36 pontos; 2.º Miguel Silva (BST), 32; 3.º João Castro Sá (B. Portugal), 31; 4.º Jaime Rolão (BES), Jorge Gomes (CEMAH) e José Augusto Tomás (BPI), 30; 7.º Carlos Felício (BCP), 29; 8.º Carlos Santos (BCP) e, Noé Fontes (BST), 25.

Todos estes concorrentes são associados do SBSI, exceto Miguel Silva, que é do Sindicato do Norte.

João Castro Sá viria a conseguir a taca da mais longa, enquanto António Alves Ferreira, do BCP e do Norte, lograva, apesar da sua modesta prestação, a taca da mais próxima do buraco.

A comissão organizadora desta final nacional integrou Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, António Ramos, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

Bowling

Rui Duque volta aos títulos

Rui Duque, do BPI, tem sido, desde sempre, um dos grandes animadores da prática do bowling entre os associados do SBSI. E, como novo corolário dessa sua dedicação à modalidade, aí está a conquista do título nacional bancário, em Cantanhede

Texto: **Rui Santos**



A final da 7.ª edição do torneio nacional de bowling teve lugar em Cantanhede, em 13 e 14 de outubro, e contou com a participação de 26 praticantes da modalidade, quinze em representação do SBSI, oito do Norte, dois do Centro e um do Sisep, que se

estreou na prática das modalidades desportivas da Febase. Acrescente-se que, entre os 26 participantes, estavam cinco bancários, com uma delas, Olinda Bettencourt – também já veterana nestas andanças – a obter um excelente quarto lugar na classificação

final, que ficou assim ordenada, no que respeita aos seis primeiros:

1.º Rui Duque (BPI), 697 pontos; 2.º Carlos Sieuve (CEMAH), 672; 3.º João Torres (Unicre), 658; 4.º Olinda Bettencourt (Unicre), 657; 5.º Jorge Teixeira (BPI), 637; 6.º Jerónimo Fernandes (B. Portugal), 616.

Registe-se que todos estes seis finalistas são associados do SBSI, com o melhor do SBN a ser Rogério Afonso, do BCP, no 11.º lugar, enquanto o representante do Sisep, João Paulo Martins, foi 14.º e Pedro Veiga, do SBC, se quedou por um modesto 24.º posto na classificação geral.

Após a distribuição de prémios aos melhores classificados, Francisco Carapinha, da Direção do SBC, usou da palavra em nome da Febase, para abordar os principais problemas da atualidade sindical no setor e a fase de negociações da revisão do ACT dos bancários.

Francisco Carapinha integrou a comissão organizadora desta final nacional, tal como António Pimentel, Manuel Camacho, António Ramos, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

Karting

Domingos Coragem foi mais veloz na Batalha

Depois de vencer o apuramento do Sul e Ilhas, Domingos Coragem vai-se mostrando insaciável na conquista de títulos e voltou a ser o mais veloz na final nacional, realizada no kartódromo da Batalha, em 20 de outubro

Foram 29 os participantes na final nacional do 14.º campeonato interbancário de karting, sendo vinte do Sul e Ilhas, sete no Norte e dois do Centro.

Os concorrentes foram inicialmente divididos em dois grupos, para apuramento dos dez primeiros, já que a participação na final estava limitada aos vinte melhores das duas mangas iniciais. Logo

nessas mangas iniciais de apuramento foi notória a supremacia dos pilotos do SBSI, que chegaram a esta final nacional com muitos mais quilómetros nas pernas e nos pedais de aceleração dos pequenos bólides. De tal maneira que apenas três pilotos do Norte fizeram parte do lote dos vinte finalistas. E somente um deles, Diogo Giraldes, se meteu entre os dez primeiros, obtendo o nono lugar.

Domingos Coragem, que na final do ano passado também esteve no pódio, depois de ter conquistado o terceiro lugar, sucede a João Paulo Martins na lista dos vencedores da competição nesta modalidade.

Esta foi a classificação dos dez primeiros na final da Batalha:

1.º Domingos Coragem (CCAM); 2.º António Faria Silva (Ifap); 3.º Carlos Gonçalves (Banif); 4.º João Faria (BES); 5.º Luís Mendes (Banif); 6.º Francisco Sousa (Uni-

cre); 7.º José Feliciano (Unicre); 8.º António Fidélis (Sibs); 9.º Diogo Giraldes (BST); 10.º Nuno Pousadas (Banif).

A entrega de prémios teve lugar durante o jantar de convívio e de encerramento do torneio e esteve a cargo dos membros da comissão organizadora, constituída por Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, António Ramos, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

Squash

José Carlos Faria repete título nacional

José Carlos Faria, do BCP, revalidou o título de campeão nacional interbancário de squash, ao triunfar na final da competição, que teve lugar em 27 e 28 de outubro, em Coimbra



Francisco Madureira, José Carlos Faria e Luís Valente

Nesta final nacional participaram oito concorrentes, seis deles em representação do SBSI e dois representantes do Sindicato do Norte.

Os jogos distribuíram-se por três etapas, na manhã e tarde do dia 27 e na manhã do dia seguinte, para apurar o campeão e os seus imediatos concorrentes, numa classificação que ficou assim ordenada:

1.º José Carlos Faria (BCP/S); 2.º Luís Valente (BCP/S); 3.º Francisco Madureira (BCP/S); 4.º Miguel Esteira (BCP/S); 5.º Jorge Moinhos (BPI/N); 6.º Jorge Conceição (Montepio/N); 7.º José Rebelo (BCP/S); 8.º Nuno Talhadas (Banif/S).

A comissão organizadora desta final nacional do campeonato de squash integrou Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, António Ramos, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

King

António Araújo ganha em Coimbra



A 5.ª edição do campeonato nacional interbancário de king chegou ao fim, com a realização da final nacional, onde António Araújo, do BPI, logrou impor-se aos demais concorrentes

A final nacional teve lugar em Coimbra, em 27 e 28 de Outubro, nas instalações de uma unidade hoteleira da cidade, e contou com a participação de dezasseis concorrentes, metade deles em representação do SBSI, para além de cinco do Norte e três do Centro.

A melhor pontuação dos primeiros dois jogos coube a João Grilo, enquanto Francisco Sequeira foi o mais pontuado dos jogos 3 e 4 e António Araújo dos jogos 5 e 6, com João Grilo a repetir a melhor pontuação nos jogos 7 e 8 e Alfredo Córias a ser o melhor nos dois jogos derradeiros.

Esta foi a classificação final, no que respeita aos dez primeiros:

1.º António Araújo (BPI/S), 73 pontos; 2.º João Grilo (CGD/S), 62; 3.º José Almeida (BCP/N), 60; 4.º Alfredo Córias (BST/S), 51; 5.º Sérgio Miranda (BES/N), 48; 6.º Joaquim Soares (MG/C), 48; 7.º Maurício Cardoso (BST/N), 45; 8.º António Cardoso (BES/C), 45; 9.º João Castanho (CGD/S), 44; 10.º Carlos Medeiros (BdP), 43.

Depois de apurados os resultados finais, procedeu-se à distribuição de prémios aos mais pontuados, por parte dos membros da comissão organizadora, composta por Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, António Ramos, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■

UGT Coimbra comemora terceiro aniversário

A crise económica e social em debate

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Com uma sala a abarrotar de assistentes muito interessados e participativos e, acima de tudo, muito atentos às vicissitudes e afrontas por que o mundo do trabalho está a passar, muito por culpa da especulação do capital financeiro, o lado negro da economia, que subverteu as relações sociais criadas a partir de 25 de abril de 1974, a UGT-Coimbra promoveu um seminário, em 31 de outubro e em Coimbra, onde marcaram presença diversas individualidades do mundo sindical nacional e o Professor José Reis, Diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que procedeu às conclusões finais.

O seminário desenvolveu-se à volta do tema "A crise económica e social", que se subdividiu em dois painéis. Antes, porém, Carlos Silva, na qualidade de Presidente da UGT-Coimbra, procedeu à abertura dos trabalhos e referiu-se ao empobrecimento dos trabalhadores como política primordial deste governo, salientando que «as União são um fator de proximidade aos trabalhadores e sindicatos».

O primeiro painel, sob o tema "Que papel para as União como fator de proximidade e mobilização dos trabalhadores", iniciou-se com uma intervenção de Amílcar Coelho, que fez uma abordagem filosófica do mundo do trabalho, concluindo que não devemos ter medo de teorizar a prática, afirmando que «o empobrecimento através do trabalho é fascismo».

Manuel Teodósio é de opinião que «as União constituem já a alavanca do trabalho dos sindicatos», constituindo as lojas de atendimento um bom complemento das União, não esquecendo o aspeto social que estas podem desenvolver. Ainda neste painel, Rui Godinho, Presidente da UGT-Setúbal, fez uma intervenção brilhante, desenvolvendo os aspetos práticos que



Professor Doutor José Reis

a sindicalização deve observar, pois, como observou, a gente nova não conhece os sindicatos, pedindo-lhes mesmo: «...usem-nos, façam o favor de nos solicitar!». Advogou ainda um bom relacionamento com os "players" locais, nomeadamente os Presidentes de Câmara e representantes locais.

Os palestrantes do segundo painel, sob o tema "A importância do sindicalismo perante os movimentos de cidadãos, as manifestações e as redes sociais", Luís Azinheira, Bettencourt Picanço e Sérgio Monte, coincidiram nas suas análises, isto é defenderam que o sindicalismo de pro-

ximidade deve complementar-se com a utilização cuidada e criteriosa das redes sociais, pois, como também foi afirmado, as redes sociais têm que ter causas a defender e têm que ter valores. Sérgio Monte trouxe à colação a não adesão da UGT à greve geral que aí vem, afirmando mesmo «...não consigo fazer entender, junto dos trabalhadores, a razão pela qual não fazemos a greve geral, especialmente numa altura em que a contratação coletiva se encontra quase esvaziada, constituído esta a matriz dos nossos sindicatos. Os "miminhos" serão sempre um acréscimo». Este sindicalista fez um repto a Carlos Silva: «espero ver no teu mandato a Conferência da Organização».

O Professor José Reis confessou-se genuinamente honrado pelo convite, lembrando que, como cidadão e como académico, gosta de intervir civicamente. Afirmou, então, que o sindicalismo tem um lugar renovado na sociedade portuguesa, agora mais que nunca, dado que as relações sociais foram sacudidas e enfraquecidas em todo o Mundo e as bases civilizacionais em que assentavam os nossos alicerces coletivos foram abaladas. Precisamos das forças sociais, pois o lado mais fraco nunca esteve tão abalado. «O capital financeiro, o lado especulativo da economia bateu-nos à porta, sorrateiramente, e quase não demos conta». O nosso governo foi capturado pela nova ideologia poderosa da finança, concluiu.

No encerramento, Luís Correia, disse que «os trabalhadores não são os responsáveis pelas crises mas são sempre os mais prejudicados; contra eles não se pode vencer nenhuma crise».



Cefosap e UGT promoveram conferência internacional sobre sindicalização

SBC com delegação de dez elementos

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Uma conferência internacional, promovida pela UGT e pelo Cefosap, decorreu nos passados dias 25 e 26, em Lisboa, nas instalações da União do Comércio e Serviços, à Rua Castilho

nesta altura, tendo analisado as várias "nuances" que a sindicalização assume em Portugal, nomeadamente a que se dirige às pequenas e médias empresas, que constituem o maior núcleo da nossa economia, bem como a sindicalização no setor público.

Analisou ainda a problemática da precariedade e os reflexos negativos que esta tem na sindicalização, com toda a Europa a assistir, diariamente, à redução das taxas de sindicalização.

Foram constituídos três grupos de trabalho, cujas conclusões foram apresentadas aos assistentes, tendo esta ação merecido forte interesse e intenso debate com a plateia. Problemas como o enquadramento da sindicalização, no que se refere à apresentação de sugestões e propostas de materiais de apoio, o uso das novas tecnologias e de novas modalidades de aproximação aos públicos a que se quer chegar, passando pela identificação de necessidades, foram os temas que o primeiro grupo de

O tema em debate foi a sindicalização, com diversos dirigentes sindicais europeus, africanos e sul-americanos a trazerem até nós as suas riquíssimas experiências de lutas sindicais, encontrando pela frente uma plateia repleta e entusiasmada de sindicalistas portugueses, de que resultou um diálogo forte e muito experienciado.

João Proença abriu os trabalhos, justificando a razão pela qual uma conferência deste teor teve lugar entre nós e

trabalho apresentou. O Grupo 2 centrou a sua análise na comunicação e imagem e relevou o papel das União e a sua proximidade com os sindicatos, na ação social, na estrutura orgânica e no relacionamento entre organizações. Já o Grupo 3 focou-se no quadro geral em que decorre a sindicalização em Portugal (pequenas e médias empresas e elevada precariedade), definiu as linhas de orientação para as grandes e médias empresas, bem como na administração pública. As mulheres e os desempregados foram também temas abordados.

No final da conferência foi aprovada uma moção, em que a UGT manifesta a sua oposição à proposta do Orçamento do Estado do Governo, por se tratar de um documento que agrava ainda mais a pobreza e vai fazer disparar o desemprego, exigindo a sua fiscalização preventiva pelo Tribunal Constitucional. Esta moção foi entregue no Gabinete do Primeiro Ministro, após concentração. ■

Sindicalistas da Jordânia visitam sede do Sindicato

TEXTO: A. CASTELO BRANCO

Na sequência da visita a Portugal dos representantes jordanos do GTUBIA – General Trade Union of Workers in Banks, Insurance and Accounting, a que faz menção o número anterior desta revista, foram os mesmos recebidos, em 10 de outubro, pela Direção do SBC, na sua sede, em Coimbra.

Apresentados os formais cumprimentos de boas-vindas, a visita às instalações teve o acompanhamento de Carlos Silva, que fez questão de inteirar aqueles responsáveis pela forma como se processa a assistência dos SAMS. Houve ainda oportunidade para voltar a falar dos protocolos de cooperação que, entretanto, haviam sido assinados e onde são visados intercâmbios de experiências entre estas organizações congéneres.

A visita à Universidade e ao centro histórico da cidade, bem como à zona do comércio tradicional da baixa de Coimbra, encerraram a jornada entre estas entidades sindicais, filiadas na UNI. ■



Carlos Silva recebeu a delegação da Jordânia



Da crise do sindicalismo à crise do País

Texto: A. CASTELO BRANCO



Numa organização do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e da Livraria Almeida, subordinado ao tema em destaque, em 19 de outubro deu-se início a um ciclo de debates a acontecer em Coimbra – uma sexta-feira de cada mês.

É objetivo destas conferências promover uma reflexão sobre os sinais de futuro que já possam estar presentes e uma clarificação das premissas que levaram à atual situação, diz-se na nota de divulgação, da responsabilidade de Elísio Estanque e Hermes Costa,

afetos ao referido Centro, a quem coube trazer o debate para a mesa, onde um dos comentadores convidados foi o Presidente da Direção do SBC, Carlos Silva.

Aquele dirigente, candidato à liderança da UGT, apontou as suas críticas ao Governo, pelo facto de ter assinado um acordo de consertação social e que só atua no que mais lhe interessa. E é a partir daí que defende ser necessário avançar para a luta, mostrar a indignação e deixar que os trabalhadores se manifestem em protesto. Admitindo que o sindicalismo tem vindo a perder poder, resultante do

afastamento progressivo das pessoas, Carlos Silva atentou na necessidade de aproximação aos locais de trabalho e à prestação de todo um conjunto de ações, visando a prestação de serviços aos seus associados. Esta primeira iniciativa que integra todo um debate sobre sindicalismo e que prevê um futuro incerto na economia, nas instituições e na sociedade, acontecerá também em Lisboa, levado pela mão do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Enquanto sociólogo, Elísio Estanque, diz que "Portugal começou tarde o modelo de Estado social (...)" acrescentando que "desde o início dos anos 2000 se pressentia um novo ciclo", onde se vislumbravam derrotas quanto aos direitos adquiridos e às políticas sociais. E vai mais longe, quando sustenta que estamos a viver uma crise estrutural, de que dificilmente se poderá sair.

Por sua vez, Hermes Costa insiste na falta de interesses e na ausência de lealdade e solidariedade "dos trabalhadores para com os sindicatos". A concluir, refere este investigador que "o reforço sindical passa pelo acréscimo da confiança, pela renovação e por uma maior influência". ■

Desporto regional em grande atividade

Texto: SEQUEIRA MENDES

Nas últimas semanas, foi grande a atividade desportiva no nosso Sindicato, tanto mais que era necessário apurar os representantes do SBC para as finais nacionais de diversas modalidades, que teriam lugar durante o mês passado e às quais se faz referência em páginas anteriores desta edição.

Aqui ficam os principais destaques da atividade desenvolvida, no âmbito do desporto regional.

Alberto Malheiro é campeão regional de snooker

Para apuramento dos representantes do SBC às finais nacionais, que já tiveram lugar em Cantanhede, em 13 e 14 de



outubro, disputou-se a prova regional de apuramento, na modalidade de snooker. Estavam inscritos quatro participantes e, após terem jogado todos contra todos, a classificação final foi a seguinte: 1.º Alberto Malheiro, do BCP; 2.º Paulo Figueiredo, também do BCP; 3.º António Guiné, do BES; 4.º Ernesto Oliveira, do BCP. Os dois primeiros foram os nossos representantes na final nacional.

António Guiné vence no king

António Guiné, do BES, Joaquim Soares, do Montepio, e Manuel Seabra, também do BES, foram os representantes do SBC à final nacional do campeonato de

king (que se realizou em Coimbra, em 27 e 28 de outubro), tendo sido apurados na final regional, que teve lugar no dia 12 do pretérito mês, também em Coimbra, nas nossas instalações da Rua Lourenço Almeida Azevedo, tendo-se classificado, ainda, Manuel Seabra, do BES, e Ernesto Oliveira e Eduarda Soares, ambos do BCP, nos lugares imediatos.

Decorreu também, como vem sendo hábito, um convívio seguido de entrega de prémios, num restaurante da cidade.

Daniel Silva representou o SBC na final de xadrez

No xadrez não houve eliminatórias, já que apenas se apresentou um concorrente inscrito. Assim, Daniel Lourenço Silva, da agência do Banif na Batalha, representou o SBC na final nacional, que se realizou em Coimbra, nos passados dias 27 e 28. ■

STAS tem um novo site

Num espaço cada vez mais global, a comunicação e a forma como comunicamos é crucial no contacto com os associados. Nesse sentido, o STAS procura sempre melhorar, acompanhando as exigências da atualidade e aproveitando as ferramentas e os recursos disponíveis ao seu alcance



Para a concretização deste objetivo, o STAS acredita que é imperativa a criação de meios que tornem viável a necessidade de melhor comunicar.

Foi essa uma das principais razões porque o STAS considerou ter chegado o momento de atualizar os seus veículos de comunicação, em primeiro lugar com os nossos associados, mas também com os restantes trabalhadores.

Já se encontra on line o novo site do STAS, um site mais prático, mais acessível e mais intuitivo, para todos aqueles que nos visitam e que pretendem estar informados e atualizados sobre o que se passa no setor segurador.

Ao mesmo tempo, é um espaço que dá uma visão do que o STAS faz pelos seus associados, onde atua, onde participa, onde colabora, o que disponibiliza, o que oferece àqueles que em nós depositam a sua confiança.

O endereço de acesso ao novo site mantém-se: www.stas.pt. Em algumas situações, ainda poderá aparecer a página do site antigo, esta situação deve-se ao facto de alguns programas de navegação gravarem os sites de modo a tornar a navegação mais rápida. Nestes casos basta carregar "F5" ou limpar os "cookies" e "cache" do seu programa.



Como complemento ao site, agora com uma nova imagem, o STAS aposta também noutras ferramentas poderosas de comunicação como o Facebook e o Twitter. Através destas, o STAS pode manter os seus sócios e demais interessados devidamente informados e atualizados de tudo o que está a acontecer.

Os novos meios de comunicação foram apresentados aos nossos delegados sindicais, no passado dia 18 de outubro, permitindo aos mesmos familiarizarem-se com as novas ferramentas colocadas à sua disposição, no objetivo comum de melhor servir os trabalhadores. ■

Assembleia de delegados sindicais foi muito participada

Textos: José Luis Pais

Os delegados sindicais do STAS participaram, em 2 de outubro, na primeira assembleia do mandato de 2012/2016, realizada no Pólo de Lisboa do Inetese, com os delegados sindicais a terem a possibilidade de efetuar uma visita às novas instalações.

Realce-se o facto do atual quadro total de delegados sindicais ser composto, na sua maioria (54%), por colegas que resolveram pela primeira vez abraçar a causa sindical, representando o STAS nas suas empresas.

Iniciada a assembleia, foi apresentada uma única lista para a constituição da Mesa, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Constituem-na os colegas Silvino Cordeiro (Açoreana), António João Martins (Liberty) e Sílvia Nunes (Zurich-Vida).

A ordem de trabalhos teve os seguintes pontos: Contrato Coletivo de Trabalho/Código do Trabalho; situação no

setor; segurança e saúde no trabalho; informações.

Aproveitamos para realçar o que se registou de mais importante: no primeiro ponto, a assessora da direção para a contratação, Dra. Carla Mirra, apresentou, através de "powerpoint", algumas considerações quanto às recentes alterações do Código do Trabalho.

A plateia "prendeuse" à apresentação, demonstrando um interesse inequívoco pela matéria em questão. Após alguns esclarecimentos aos colegas que intervieram, foi-lhes garantido que lhes seria remetido aquele trabalho. Seguidamente, foi feita uma análise às diversas questões laborais que ocorrem nas empresas. Notou-se alguma preocupação, principalmente pelo que está implícito na atual situação política, económica e social do País. Todos estão empenhados, com o seu contributo, enquanto delegados sindicais, para intervir quando necessário e com a

colaboração do STAS, em causas que salvaguardem o interesse dos trabalhadores. No ponto seguinte, foi apresentada a ação de formação sobre aquele tema, para que os delegados sindicais pudessem participar, como formandos, e, ao mesmo tempo, contribuíssem para a sua divulgação.

A terminar, a Direção prestou algumas informações sobre os pelouros de sindicalização, comunicação, desporto, cultura e lazer.

Nesta breve notícia sobre a primeira assembleia de delegados sindicais, realçamos o número de presenças e o interesse manifestado ao longo da assembleia; a vontade de contribuir para uma maior ligação: sócios/sindicato e vice-versa; e empenho para que a informação do Sindicato chegue a todos.

Informamos ainda que a lista de delegados sindicais está incluída no nosso site. ■

Formação sobre segurança e saúde no trabalho



Sensibilizar os trabalhadores para a importância da segurança e saúde no trabalho, conhecendo os conceitos chave aplicados ao estudo da SST, nomeadamente as formas de avaliar, identificar, prevenir e controlar os riscos de trabalho, foi o mote para a realização desta ação de formação, pela 2.ª vez no espaço de um ano.

Esta ação clarifica, ao mesmo tempo, o enquadramento das comissões, representativas dos trabalhadores, de acordo com a publicação em Diário da República, da lei que regula o regime jurídico da promoção e prevenção da SST, conforme o previsto no Art.º 284.º do Código do Trabalho.

Foram estes os principais objetivos da ação de formação sobre segurança e saúde no trabalho, que o STAS está a promover, em parceria com a ACT-Autoridade para as Condições do Trabalho, desde 15 de outubro e até ao próximo dia 29, em duas sessões semanais, de três horas cada, e em período pós-laboral, no Pólo de Lisboa do Inetese. ■



Futsal

... agora também no feminino

Textos: Mário Rúbio

Repetindo os êxitos alcançados nas edições anteriores, o STAS vai promover a realização do 3.º torneio de futsal, destinado aos seus associados e colaboradores das empresas que operam no setor de seguros.

Em paralelo, e para poder abranger o maior número de associados, vai ser realizado o 1.º torneio feminino da modalidade. Este torneio destina-se a sócias e/ou colaboradoras das empresas de seguros que nos têm manifestado o seu desejo de participar num prova deste tipo.

As duas provas decorrerão em Lisboa, sendo previsível que, na data de publicação desta revista, os referidos torneios já tenham tido o seu início.

Destacando-se a novidade do torneio feminino, esperamos que ambas as provas decorram, como já é apanágio, dentro do maior desportivismo e camaradagem.

Do decorrer das provas e resultados iremos dando notícias. ■

Início das atividades da Universidade Sénior



A Universidade Sénior Pedro de Santarém vai iniciar o seu funcionamento a partir de janeiro de 2013.

O local onde decorrerão as atividades será nas instalações do STAS, no Largo do Intendente Pina Manique, 35, em Lisboa, sendo os horários compatíveis com as inscrições e número de interessados.

Assim, os interessados deverão procurar no site do STAS (www.stas.pt) o "link" da Universidade Sénior, onde encontrarão todas as informações necessárias para as inscrições.

Após fazerem a sua inscrição e assinalarem as opções das disciplinas que pretendem, serão agrupados, de forma a poder ser preparado e agendado o início das aulas e respetivo horário.

Recordamos que a Universidade Sénior Pedro de Santarém está aberta a todos os



associados oriundos dos Sindicatos filiados na FEBASE e respetivos familiares, com idade superior aos 50 anos.

Recomendamos uma leitura atenta do seu regulamento, para uma melhor informação dos objetivos que nos propomos atingir.

Ficamos ao dispor através do correio eletrónico uspedrosantarem@stas.pt ou telefone 218 802 160 - Mário Rúbio.

Venha ocupar os seus tempos livres, aprendendo ou recordando algumas matérias. A idade não tem saber... ■



Jovens mantêm interesse no setor bancário

IFB assinala 20 anos de formação em alternância

O setor bancário continua a ser atrativo para os jovens portugueses. Prova disso é a procura dos cursos de formação em alternância do Instituto de Formação Bancária, que formou já mais de dois milhares de jovens, muitos deles integrados no mercado de trabalho

Texto: Inês F. Neto

O Instituto de Formação Bancária (IFB) comemorou recentemente 20 anos de formação em alternância na Banca, tendo assinalado a ocasião com um jantar em Lisboa.

Entre os participantes estiveram formadores, colaboradores do IFB, responsáveis do Instituto e mais de 150 antigos alunos, que atualmente desempenham funções comerciais e técnicas no setor financeiro.

O curso de formação em alternância decorre de uma parceria entre o IFB e o Instituto de Emprego e Formação Profis-

sional, através dos cursos de aprendizagem, e destina-se a jovens com o 9.º ano de escolaridade ou o 12.º ano incompleto, garantindo estágios em instituições financeiras e bolsas de estudo.

Existem atualmente 2123 alunos que concluíram com sucesso o curso, sendo de assinalar que a média de integração no mercado de trabalho ou de prosseguimento dos estudos se situa nos 93%.

A direção-geral do Instituto, composta por Luís Vilhena da Cunha e Manuel Ferreira, revelou que, neste ano letivo, 318 alunos estão a frequentar a formação, dos quais 222 em Lisboa e 96 no Porto.

O interesse dos jovens por este tipo de formação foi destacado por Manuela San-

tos, diretora do Departamento de Formação em Alternância, ao referir o facto de se terem registado mais de 450 candidaturas – cerca de três candidatos por cada vaga.

Muitos dos jovens presentes salientaram a importância da formação no IFB na sua vida pessoal e profissional, evidenciando a vertente prática do curso, nomeadamente os estágios profissionais.

Para o ex-aluno Fábio Lourenço Neves, que terminou o curso em 2006, este encontro jamais será esquecido, uma vez que foi o vencedor do cheque viagem oferecido pelo Instituto para assinalar a data. No primeiro encontro, realizado em maio, no Porto, o contemplado foi Francisco São José, do 12.º curso. ■

Golfe

Paulo Rocha vence nos Açores

O campo de golfe da Achada das Furnas, na Ilha de São Miguel, foi palco, nos dias 28 e 29 de setembro, do apuramento regional para a final da quarta edição do torneio de golfe do SBSI, que contou com a participação de doze concorrentes.

No final da grande maratona de golfe, a vitória final, em "gross" e em "net", sorriu a Paulo Alexandre Rocha, do STAS e da Ilha Terceira, logo seguido de José dos Reis, também da Terceira, com Osvaldo Borges, de São Miguel, a completar o quadro dos três primeiros, numa classificação final que ficou assim ordenada:

"Gross" – 1.º Paulo Alexandre Rocha (STAS); 2.º José dos Reis; 3.º Osvaldo

Borges; 4.º Jorge Gomes; 5.º João P. Silva; 6.º José Rendeiro; 7.º João Tavares; 8.º Óscar Canto; 9.º Marco Monteiro; 10.º João Fonseca Macedo; 11.º Roberto Gomes; 12.º Luís Mota;

"Net" – 1.º Paulo Alexandre Rocha (STAS); 2.º Jorge Gomes; 3.º Osvaldo Borges; 4.º José dos Reis; 5.º Roberto Gomes; 6.º José Rendeiro; 7.º João P. Silva; 8.º João Tavares; 9.º Marco Monteiro; 10.º Óscar Canto; 11.º João Macedo; 12.º Luís Mota.

A organização desta fase de apuramento regional esteve a cargo do Secretariado da Secção Regional de Ponta Delgada, representado por Afonso Quental e Gilberto Pacheco, e ainda de José dos Reis, do Secretariado da Sec-



ção Regional de Angra do Heroísmo, e Nelson Neto, da comissão organizadora nacional. ■

Futsal

Multinhos apurado para a segunda fase

A 13.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal, para veteranos, prossegue com a realização dos jogos referentes à fase de apuramento da Grande Lisboa

A primeira equipa a ser apurada para a fase seguinte da competição foi a dos Multinhos, que repetiu a vitória da semana anterior, sobre os Krakes do Kintal, desta vez por 2-0.

A série A teve a realização de mais duas jornadas, com estes resultados:

2.ª jornada - Clube GBES - Leopardos, 4-1; BCP Foot Vet - BCP Magníficos, 5-2; Softfinança Vet - Portugais, 2-0;

3.ª jornada - Portugais - Clube GBES, 5-3; BCP Foot Vet - Leopardos, 2-1; Softfinança Vet - BCP Magníficos, 0-0.

A maior proeza da segunda jornada coube a Luís Duarte, do Clube GBES, que fez três dos quatro golos da sua equipa na vitória sobre os Leopardos.

Após a realização de mais estas duas jornadas, a classificação é liderada pela equipa do BCP Foot Vet, com 9 pontos,



seguida da Softfinança Vet, com 8, do Portugais, Clube GBES e Leopardos, com 5, e do BCP Magníficos, com 4.

Esta fase de apuramento prossegue na noite da próxima sexta-feira, a partir das 19 horas e no pavilhão dos Serviços Sociais da CGD, com os jogos da penúltima jornada.

O primeiro jogo do apuramento inter-regional não se realizou, porque os campeões de Castelo Branco faltaram ao compromisso com os representantes de Portalegre que vão defrontar, no próximo sábado, dia 17, o vencedor do confronto entre os representantes de Setúbal e de Évora, que teve lugar no passado dia 10. ■

XX Encontro de Coros Bancários

Lisboa, 17 de novembro. 2012 - 15 Horas
Auditório do Colégio de S. João de Brito

SBSi
Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Delegação de São João da Madeira fez passeio às Berlengas

A Comissão Sindical da Delegação do SBN de São João da Madeira realizou, nos dias 5, 6 e 7 de outubro, um passeio às Berlengas (Peniche).

Participaram na iniciativa 103 pessoas (colegas e familiares), não só da área da delegação mas também de Bragança, Barcelos, Ermesinde, Maia, Matosinhos, Porto e Gaia.

A opinião unânime dos participantes foi a de que se tratou de um excelente fim de semana, com destaque para a excelência do "Buddha Eden Garden" no Bombarral; o passeio de barco e a visita guiada às Berlengas; o forte de Peniche; as falésias do Cabo Carvoeiro; os almoços na Quinta da Salmanha, na Figueira da Foz; e o hotel

de Peniche onde decorreu o alojamento e foi servida a célebre caldeirada da região.

Com os votos de rápidas melhoras ao coordenador da delegação, Rui Agostinho, que, por questões de saúde, não pôde estar presente, aqui fica a promessa da realização de um outro passeio no próximo ano. ■

Novóptica muda de instalações para melhor servir os utentes



A Direção do Sindicato dos Bancários do Norte, em conjunto com o Conselho de Gerência dos SAMS, apresentou, em devido tempo, um conjunto de melhoramentos das instalações no edifício de São Brás, e que foi aprovado no Conselho Geral. Neste contexto, foi entendimento transferir a Novóptica do interior do piso térreo do edifício para a face da Rua de S. Brás, o que se traduz numa clara e evidente vantagem para os beneficiários.

Por último, sublinhe-se, que a Novóptica passa a servir não apenas os beneficiários dos SAMS mas todo o público que pretenda beneficiar dos excelentes preços ali praticados. Representando praticamente todas as grandes marcas mundiais de armações e de lentes – quer medicinais quer de lazer – a Novóptica é, assim, uma instituição que, mercê de uma política de preços concorrenciais, a pode colocar numa posição invejável do mercado. Por outro lado, as novas instalações tornam-se particularmente confortáveis para todos os utentes. ■

Festa de Natal no Porto



À hora em que encerramos esta edição, acaba de ser marcada a festa de Natal para os filhos dos bancários da região da sede, para 15 de dezembro, às 11 horas.

Os reis da festa serão os artistas do Circo Cardinali, na altura montado no Queimódromo, antiga Feira Popular, com entrada pela Circunvalação.

As inscrições deverão ser efetuadas impreterivelmente até 7 daquele mês, na loja de atendimento do Sindicato, onde serão entregues os bilhetes a partir do dia 12, e sem os quais não será permitido o acesso.

Por outro lado, haverá um parque de estacionamento gratuito à porta do circo.

Na próxima edição elencaremos todos os locais onde as delegações efetuarão as suas comemorações natalícias.



"Memórias de um Leque"

"Memórias de um Leque", foi o tema escolhido por Elisabete Amaral, do BST - Estarreja, sócia do SBN, para uma exposição que decorreu de 19 a 31 de outubro, no Centro de Formação Contagiarte, na Rua Alvares Cabral, no Porto

"Nada surge por acaso no meu processo criativo. Procuro obsessivamente um elemento que me ligue aos projetos que vou estruturando, na intenção de lhes encontrar coerência ou um fio condutor entre o conjunto das imagens que produzo. Essas imagens vão tendo uma gestação lenta dentro de mim. Quando entro na fase de produção, dá-se uma explosão..."

A artista, no dia da inauguração esteve, ao vivo, a "xilografur", perante o olhar atento de muitos, que não quiseram faltar à apresentação dos trabalhos. ■

"Em dia de São Martinho come castanhas e bebe vinho..."

Magusto de São Martinho no dia 17

O Sindicato dos Bancários do Norte, através do pelouro Recreativo e Cultural, irá festejar o São Martinho, no próximo dia 17 (sábado), em Vila Nova de Cerveira.

Do programa deste evento, destinado a todos os sócios do SBN e seus familiares, consta um almoço, servido num dos melhores restaurantes da região e de cuja ementa fazem parte as mais saborosas iguarias minhotas e as tradicionais castanhas.

A partida dos autocarros terá lugar pelas 9,30 horas, junto à Câmara Municipal do Porto - Café Capitólio - em direção a Viana do Castelo, para, na primeira paragem, ser visitado o Mosteiro de Santa Luzia, após o que seguirá para o destino final - Vila Nova de Cerveira - onde será servido o almoço: entradas diversas, sopa, rojões à minhota, sobremesa, bebidas diversas e café.

A tarde será de animação, com música ao vivo, estando previsto o regresso a casa pelas 18 horas.

Antes do regresso, servir-se-á um lanche com caldo verde e castanhas.

Para inscrições e mais informações, contactar os serviços do SBN. ■



O Núcleo de Fotografia do Sindicato dos Bancários do Norte tem patente uma exposição com o encerramento do projeto "À moda do Porto", rememorando todo o envolvimento sociocultural e artístico com a mostra de todos os quinze temas exibidos e cuja execução decorreu de maio de 2011 a setembro de 2012.

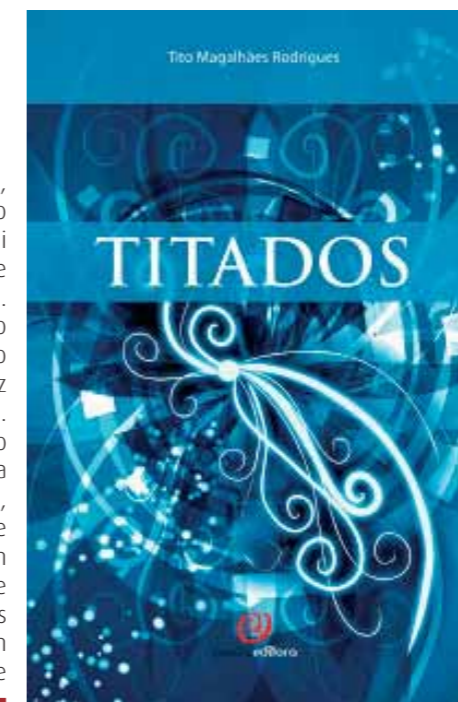
A exposição está patente na galeria do SBN, Rua Conde de Vizela, 145, até amanhã, dia 14, e evidencia a realização de um extenso e interventivo percurso. Até lá, mantém-se aberta ao público das 15 às 17,30 horas.

"Titados" - livro de poemas apresentado no SBN

O livro de poemas "Titados", do nosso associado Tito Magalhães Rodrigues, foi apresentado em 29 de setembro, na sede do SBN.

O ator-encenador Hugo Nascimento Veloso, professor do autor na Universidade Sénior, fez a apresentação da obra.

Apesar de ser um sábado, o evento, que contou com a participação da editora "Papiro", teve a presença de dezenas de pessoas e traduziu-se num convívio particularmente agradável, até porque alguns dos colegas do autor fizeram questão de dizer poemas que constam da obra apresentada. ■



Que me importa?

Que me importa?
Que lá fora chova, faça frio ou calor,
Que haja muito ou muitíssimo amor,
Que os jovens se amem e beijem na rua.
Que a senhora ministra apareça toda nua,
De jóias, ideias e imposturas, claro está.
Ou se misture e ria com os colegas, vá lá.
Que me importa?

Se ouço dizer, fadistas cantai, poetas chorai.
Pois eu grito à toa, escritores pensai, sonhai.
O mundo não acabará amanhã, porventura.
Ainda se os governantes me dão desventura,
Eu não me calo, mesmo que veja o caixão
Ao pé de mim, brado e grito é só Corrupção.
Que me importa?

Que haja troika, crise ou aperto de alma,
Todos os apertos que eles intentem dar-me.
Quem? Quem diz que se lixem as eleições.
Homens e Mulheres, levantai os Corações.
Vamos todos mostrar a raiva nua e crua,
Exigir... Governo e acólitos já para a Rua.

Carlos Ribeiro Saraiva
Sócio n.º 9224



Concurso FOTO FEBASE 2012
Fotos apuradas no mês de outubro

Tema:
TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA



"Pedacos de mim"
Francisco Oliveira



"Em transformação I"
Maria Salvador



"A Natureza tudo transforma"
Aires Araújo Pereira



"Minuto a minuto"
Isabel Navarro de Castro



"Novo dia"
Orlando Viegas



"O Segredo dos seus Olhos"
Francisco Oliveira



"Outros tempos, outra rotunda"
Paulo Pontinho



"Em transformação II"
Maria Salvador



"Acasalamento"
Pedro Fernandes



"Folhas breves"
Manuela Viola



"Marcas do Tempo"
Pedro Fernandes



"Forragem"
José Barreiro